



Processo nº 15586.000180/2006-67
Recurso Voluntário
Acórdão nº **2001-001.615 – 2^a Seção de Julgamento / 1^a Turma Extraordinária**
Sessão de 30 de janeiro de 2020
Recorrente LUCINÉIA FUNDÃO MORÊTO
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2004

DEDUÇÕES. DESPESAS MÉDICAS. COMPROVAÇÃO.

As deduções de despesas da base de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Física estão sujeitas a comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora. Quando regularmente intimado, deve o sujeito passivo demonstrar o seu efetivo pagamento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Honório Albuquerque de Brito - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Rocha Paura - Relator

Participaram das sessões virtuais, não presenciais, os conselheiros Honório Albuquerque de Brito (Presidente), André Luís Ulrich Pinto e Marcelo Rocha Paura, a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra o Acórdão nº 13-16.579, proferido pela 3^a Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro II (RJ) DRJ/RJOII (e-fls. 133/138) que **manteve integralmente** o auto-de-infração (e-fls. 110/122), referente ao exercício de 2004.

Abaixo, resumo do relatório do Acórdão da instância de piso:

(...)

Intimada a comprovar o efetivo pagamento e a prestação dos serviços, a Contribuinte apresenta extratos bancários do ano de 2003 de suas contas no BANCO DO BRASIL e BANESTES e afirma na fl.62: "...não tenho como lembrar após 3 anos quais os cheques ou retiradas bancárias que foram utilizadas para pagamento de cada dívida minha como pagamento de dentista,...". Da análise dos extratos bancários apresentados, não foram encontrados cheques ou saques com datas e valores coincidentes com os recibos emitidos pelo dentista.

Considerando a cópia do Auto de Qualificação e Interrogatório (fls.10 e 11) e as reportagens juntadas (fls.12 a 17), tudo relacionado ao Dr. Antenor da Silva Junior, ficou comprovada a venda de recibos. Comprovado, ainda, que o Dr. Antenor da Silva Junior não prestava serviços odontológicos e não declarava rendimentos de pessoas físicas.

(...)

Efetuou em espécie o pagamento da despesa com o dentista. Recebe ajuda financeira de familiares. Não opera com depósitos em instituição financeira para evitar a cobrança de CPMF Os valores dos recibos nunca aparecerão nos extratos bancários.

Consta do voto da relatoria de piso, especialmente o seguinte:

(...)

Foi solicitado à Interessada que apresentasse comprovação com relação ao efetivo pagamento e a realização dos serviços. Acrescente-se a isso as informações do termo de constatação (fls.06 a 09) quanto A comprovação de venda de recibos por parte do profissional, ausência de documentação como prontuários dos pacientes, orçamentos, radiografias ou outros exames complementares. Toda a apuração forneceu subsídio A fiscalização para exigir outros meios de provas da efetiva realização dos serviços informados nos recibos.

(...)

Cabe ao beneficiário dos recibos provar que efetivamente desembolsou o valor constante no comprovante pleiteado como despesa, bem assim a época em que o serviço foi prestado, para que fique caracterizada a efetividade da despesa passível de dedução, no período questionado, tendo em vista que todas as deduções estão sujeitas A comprovação ou justificação a juízo das autoridades lançadora e julgadora.

(...)

A multa qualificada de 150% é aplicada com fundamento no art.44, inciso II, da Lei nº 9.430, de 1996, para fatos geradores a partir de 01/01/1997, em função da constatação de evidente intuito de fraude, definido no art.71 da Lei nº 4.502, de 1964:

(...)

A Contribuinte não traz ao processo comprovação da efetividade do pagamento e da prestação dos serviços, apesar de toda dúvida acerca dos recibos apresentados.

Quanto ao pagamento das despesas em espécie, não há nada de ilegal neste procedimento, o que ocorre, é que ao necessitar de alguma comprovação de pagamento como no presente caso, não tenha como fazê-lo. Para gozo da dedução do imposto não basta a disponibilidade de um recibo sem a vinculação de um pagamento ou da efetiva prestação do serviço.

Assim, em face da absoluta falta de comprovação da efetividade dos pagamentos e da prestação dos serviços das despesas médicas, tanto por parte da Contribuinte como por parte do emitente dos recibos, torna-se obrigatória a conclusão de que tais deduções foram pleiteadas indevidamente, constituindo inquestionável ação dolosa

(...)

Em sede de recurso administrativo, (e-fls. 145/147), o recorrente, basicamente, não se conforma com a decisão de piso e expende argumentos sobre a autuação sofrida.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Marcelo Rocha Paura, Relator.

Admissibilidade

O recurso é tempestivo e atende aos demais pressupostos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço e passo à sua análise.

Matéria em Julgamento

A matéria em julgamento no presente recurso voluntário é *a glosa de despesas médicas no valor total de R\$ 10.000,00*

Mérito

A recorrente, em síntese, faz um desabafo e afirma que não conseguiu achar os canhotos dos cheques, que nunca perguntou ou se preocupou se o profissional tinha feito uma ficha clínica para ela e que raios x odontológicos eram feitos em outro lugar.

De início, convém reproduzir trechos do Termo de encerramento da Ação Fiscal (e-fls. 110/115), constante do respectivo auto-de-infração:

...foi verificado que o dentista **Antenor da Silva Junior**, CPF 201.541.007-49, não declarava prestação de serviços para pessoas físicas, sendo que existia um elevado número de contribuintes que declaravam haver realizado pagamentos para o mesmo...

...contribuinte apresentou recibos do dentista Antenor da Silva Junior sem a devida comprovação dos pagamentos, emitimos a Intimação 172/2006 (fls. 59/60),

datada de 01/08/2006, solicitando a apresentação de documentos comprobatórios dos efetivos pagamentos e da efetiva prestação dos serviços...

...não foram encontrados cheques ou saques com datas e valores coincidentes com os recibos emitidos pelo dentista Antenor da Silva Junior.

Considerando tal fato, somado As reportagens e ao Termo de Constatação de que o Sr. Antenor não prestava serviços odontológicos particulares, entendemos que os recibos apresentados são falsos...

...Considerando que o fiscalizado declarou na DIRPF do ano-calendário 2003, despesas com o dentista Antenor da Silva Junior, CPF 201.541.007-49, e que conforme anteriormente descrito foi comprovado que o mesmo vendia recibos e não atendia clientes particulares, entendemos que • houve a intenção fraudulenta do contribuinte em reduzir a base de cálculo do imposto de renda, com a inserção em sua declaração de ajuste anual do ano-calendário de 2003 de dedução de despesa médica fictícia...

Bem, o ponto de discordância resume-se, pode-se assim dizer, à necessidade de o contribuinte comprovar, após regularmente intimado, a transferência do numerário em função das despesas com profissionais da área médica de que pretendeu se valer por meio de recibos apresentados à Fiscalização.

Antes de passarmos a análise deste caso concreto, recomendável a transcrição da base legal para dedução de despesas dessa natureza que está na alínea "a" do inciso II do artigo 8º da Lei 9.250/95, regulamentada no artigo 80 do RIR/99:

Art. 80. Na declaração de rendimentos poderão ser deduzidos os pagamentos efetuados, no ano-calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como as despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, inciso II, alínea "a").

§ 1º O disposto neste artigo (Lei nº 9.250, de 1995, art. 8º, § 2º):

I - aplica-se, também, aos pagamentos efetuados a empresas domiciliadas no País, destinados à cobertura de despesas com hospitalização, médicas e odontológicas, bem como a entidades que assegurem direito de atendimento ou resarcimento de despesas da mesma natureza;

II - restringe-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes;

III - limita-se a pagamentos especificados e comprovados, com indicação do nome, endereço e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ de quem os recebeu, podendo, na falta de documentação, ser feita indicação do cheque nominativo pelo qual foi efetuado o pagamento;

(...) (grifou-se)

Complementando a necessidade dessa comprovação, o Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, Regulamento do Imposto de Renda, RIR/1999, em seu art. 73, dispõe que:

Art. 73. Todas as deduções *estão sujeitas a comprovação ou justificação, a juízo da autoridade lançadora* (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 11, § 3º).

§ 1º Se forem pleiteadas deduções exageradas em relação aos rendimentos declarados, ou se tais deduções não forem cabíveis, *poderão ser glosadas sem a audiência do contribuinte* (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 11, § 4º). (grifou-se)

Veja que a legislação estabeleceu a hipótese de a autoridade lançadora requerer documentos adicionais para a comprovação da efetiva realização dessas despesas, se assim entender necessário.

Em regra, a apresentação de recibos como forma de comprovação das despesas médicas, a teor do que dispõe o art. 80, § 1º, III, do RIR/1999, *pode ser considerada suficiente, mas não restringe a ação fiscal apenas a esse exame*.

No entanto, havendo qualquer dúvida quanto às deduções declaradas pelo contribuinte, a autoridade lançadora, tem não só o direito mas também o dever de exigir provas adicionais da efetividade da prestação dos serviços.

Cabe esclarecer que os recibos, porquanto manifestações unilaterais, não se prestam à comprovação inequívoca da ocorrência dos fatos neles descritos, como pretende a recorrente.

Os recibos e as declarações de pagamento contêm uma declaração de fato, o que faz com que *tenham aptidão para provar a declaração, mas não o fato declarado*, conforme dicção do parágrafo único do art. 408 do CPC:

"Art. 408. As declarações constantes do documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário.

Parágrafo único. Quando, todavia, contiver declaração de ciência, relativa a determinado fato, o documento particular prova a declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado em sua veracidade o ônus de provar o fato."

Esse dispositivo legal também esclarece que os recibos e as declarações de pagamento presumem-se verdadeiros somente em relação àqueles que participaram do ato.

O vigente Código Civil (CC - Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002) também disciplina o limite da presunção de veracidade dos documentos particulares e seus efeitos sobre terceiros:

"Art. 219. As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.

Parágrafo único. Não tendo relação direta, porém, com as disposições principais ou com a legitimidade das partes, as declarações enunciativas não eximem os interessados em sua veracidade do ônus de prová-las.

(...)

Art. 221. *O instrumento particular*, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações

convencionais de qualquer valor; *mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.* (grifos nossos)

Em síntese, como não há presunção de veracidade do recibo, perante o Fisco, a este documento atribui-se ordinário valor probatório.

Desta forma, entendo que as despesas médicas dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda restringem-se aos pagamentos efetuados pelo contribuinte, relativos ao próprio tratamento e ao de seus dependentes, e se limitam, sim, a serviços comprovadamente realizados quando objeto de indagação pela autoridade fiscal, a partir de dúvida razoável, bem como a pagamentos especificados e comprovados.

No presente caso não se afigura irregular, nem desarrazoada, *na verdade é necessária e imprescindível* a exigência, por parte da autoridade lançadora, da comprovação de pagamento das despesas médicas.

O recorrente colacionou aos autos os recibos dos serviços odontológicos prestados (e-fls. 29/30) e extratos bancários (e-fls. 69/89).

Da análise da documentação acostada, entendo que os recibos e os extratos, por si só, neste caso particular, até mesmo porque não há nenhuma ligação entre os valores dos recibos com os lançamentos dos extratos, *não são suficientes para comprovar a efetividade da prestação de serviços.*

Ressalto que o interessado *não apresentou ou especificou qualquer outro elemento de prova, diretamente vinculado àquele profissional* que pudesse dar convicção a este julgador da efetiva prestação dos serviços por ele prestados, como por exemplo exames laboratoriais ou de imagens realizados, prontuários e/ou fichas de acompanhamento médico, entre outros possíveis.

Considerando as especificidades desta autuação fiscal, especialmente do termo de verificação fiscal e do constante na respectiva RFFP, considero que o recorrente *não logrou êxito em comprovar a efetividade da prestação dos serviços médicos* com o Drº Antenor da Silva Junior, e, neste caso, *mantenho as glosas sobre as respectivas deduções*, alinhando-me à conclusão da decisão de piso.

Ante o exposto, **conheço** do Recurso Voluntário e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO.**

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Rocha Paura

Fl. 7 do Acórdão n.º 2001-001.615 - 2^a Sejul/1^a Turma Extraordinária
Processo nº 15586.000180/2006-67